

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO II Nº 7

oamigodopovo@inventati.org

www.oamigodopovo.noblogs.org

Brasil central, Out/Nov/Dez de 2023

Editorial

As tarefas do proletariado frente ao governo Lula-Alckmin

Antonio Galego

A nova onda de governos “progressistas” na América Latina ocorre em condições piores pra classe trabalhadora do que no início dos anos 2000. Naquele momento muitos países, inclusive o Brasil, vinham de processos de lutas populares que imprimiram uma pressão maior naqueles governos. A experiência, ainda que limitada, de luta nos anos 80/90 (contra o neoliberalismo de Sarney, FHC...) foram importantes pra transformar as desilusões com os primeiros governos do PT em uma política antigovernista à esquerda nos movimentos sindical e estudantil.

Hoje a situação é diferente. Chegamos ao último trimestre de 2023 e o caráter burguês, militarista e neoliberal do governo Lula-Alckmin é explícito (apesar de alguns disfarces toscos através do discurso identitário). Sua relação com as massas populares é pífia, instrumental, eleitoral. O novo governo Lula não surge de lutas e organizações populares, ao contrário, assume abertamente a tarefa de impedi-las. Além disso, o grande projeto de acumulação capitalista e estruturação do Estado não rompe no fundamental com os governos anteriores, senão que o faz com mais eficiência. Alguns exemplos podem ser citados:

- A não revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da política de preços da Petrobrás, além de encaminhar novas reformas neoliberais como a tributária e administrativa.
- A criação de um novo Teto de Gastos (o “arcabouço fiscal”).
- A ampliação das privatizações, incluindo as áreas de Educação, Saúde, Presídios, etc. além de cortes milionários em Saúde e Educação.
- O Novo PAC voltado para expandir a acumulação de capital da grande burguesia nacional e internacional.
- O apoio do Brasil em mais uma ocupação militar imperialista no Haiti.
- O apoio do governo ao “PL do Veneno” e



Foto: As chacinas policiais nas favelas levaram o povo pobre à luta (RJ, 2023)



Foto: Piquete na paralisação unificada contra as privatizações em São Paulo (03/10).

à liberação de agrotóxicos.

- A continuidade dos desmatamentos, da violência no campo e das chacinas nas favelas, com o aprofundamento da política de apoio aos militares e latifundiários.
- A postura dúbia e oportunista em relação ao Marco Temporal e ao Novo Ensino Médio.

Todas essas medidas aprofundam a superexploração e a violência contra os trabalhadores. Onde está a “vitória contra o fascismo”? Mas a passividade e as ilusões dos trabalhadores vão se rompendo aos poucos. No dia 03 de outubro ocorreu um dia de luta contra as privatizações, com a paralisação

unificada de metroviários, ferroviários e trabalhadores de saneamento de São Paulo. Houve paralisações também na Embraer, Petrobrás, greve na USP e outros protestos menores.

Apesar de importantes esses protestos e paralisações ainda são muito localizados, corporativos (de empregados públicos) e controlados pelas burocracias sindicais. Os governistas do PT, PCdoB e PSOL tem inclusive apoiado algumas lutas se forem convenientes para a disputa eleitoral municipal de 2024. Além disso, a palavra de ordem “contra a privatização” possui um limite importante, grande parte dos

[Continua na próxima pág. ->]

trabalhadores das empresas “públicas” já são terceirizados (por décadas de neoliberalismo). As organizações proletárias devem levar isso em consideração, construindo reivindicações e táticas de luta unitárias.

Estamos numa conjuntura da luta de classes onde o proletariado está na defensiva, a burguesia está com condições de impor os seus objetivos de classe. Nesse aspecto é uma situação parecida com o primeiro governo Lula. Mas a defensiva do proletariado hoje é agravada por uma ainda mais profunda crise de organização e consciência da classe trabalhadora, pela influência da polarização burguesa entre Lulismo x Bolsonarismo, pelo

avanço da superexploração do trabalho e das políticas de repressão.

A tarefa principal é transformar a defensiva passiva em defensiva ativa, ampliando a resistência e as lutas reivindicativas mais elementares das massas populares. Não fazer a luta por interesse eleitoral X ou Y é uma traição que não pode ser tolerada, e os governistas fazem isso o tempo todo. Todos sabem disso. Eles fogem da luta como o diabo foge da cruz. Eles temem que as greves, protestos, assembleias possam prejudicar seus interesses governamentais. Por isso, uma defensiva ativa exige uma ruptura com o governismo lulista e uma política de

oposição classista ao governo burguês de Lula-Alckmin.

É necessário compreender o papel do PT, CUT e UNE na desorganização e desmobilização das massas populares nas últimas décadas. E se, como falavam os clássicos, a organização popular é a mãe de todas as conquistas, então essa questão ganha uma importância central. Sacrificar a organização das massas não é justificável sob nenhuma hipótese, ainda mais por cargos e conchavos governamentais. A construção de uma resistência ativa pelas reivindicações populares exigirá uma política complementar de reorganização das massas trabalhadoras. ■

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES É A MÃE DE TODAS AS CONQUISTAS! POR UM NOVO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO ANTIGOVERNISTA AMPARADO NAS LUTAS E REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS E POPULARES!

Luta pela moradia

NÃO AOS DESPEJOS VIOLENTOS NO SOL NASCENTE NO DF!

Érico

No dia 14 de setembro de 2023 a Vila Canã, uma ocupação de moradores próxima a Vila Madureira no Sol Nascente, DF foi surpreendida com a ordem de despejo e derrubada de barracos dos moradores da área. Sem aviso prévio, chegaram a Agência DF Legal, a Polícia Militar junto com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (PMDF/BOPE) para despejarem crianças, mulheres e homens trabalhadores.

Apopulação da Vila Canã composta principalmente de crianças e mulheres tem como principal atividade a catação de materiais para reciclagem, materiais estes depositados aos arredores da ocupação. Os moradores montaram barricada com pneus para evitarem a derrubada de suas moradias, ação insuficiente frente ao forte armamento e quantidade de policiais com camburões blindados, polícia montada e retroescavadeira.

O jornal O Amigo do Povo esteve na área acompanhando o conflito e nos solidarizamos com as famílias da Vila Canã que ali vivem e sonham com um futuro melhor. Convocamos todos a divulgarem as injustiças praticadas pelo governo Ibaneis e pela PMDF nas periferias e favelas da capital federal. ■

O POVO QUER CASA E DIGNIDADE!



Foto: Brigada de propaganda do Amigo do Povo faz colagem de cartazes no Sol Nascente

Movimento sindical

A volta do imposto sindical e o papel do sindicalismo de Estado

Jiren D.

O governo burguês Lula/Alckmin negocia com centrais sindicais e confederações patronais um projeto de lei que criaria uma nova contribuição obrigatória a ser descontada dos salários de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não.

A contribuição, que poderia ser de até 1% do rendimento anual do trabalhador, seria destinada ao financiamento das atividades sindicais. A proposta é uma espécie de compensação pelo fim do imposto sindical, que foi extinto pela reforma trabalhista de 2017.

A proposta reacende o debates de uma país polarizado sobre a atuação dos sindicatos no Brasil. A direita e setores do empresariado criticam a medida, que consideram um retrocesso, mas que no fundo esconde sua natureza elitista e anti-trabalhista. Já a esquerda e os sindicatos defendem a contribuição, argumentando que em uma democracia é importante ter um sindicato forte, enquanto isso a imensa maioria do povo é contra essa contribuição.

Nós, anarquistas e revolucionários, estamos do lado do povo e, por isso, somos contra o imposto sindical. Não pelos mesmos motivos da direita, mas porque o imposto sindical faz parte da estrutura do sindicalismo de Estado, que é parte do processo de exploração dos trabalhadores através da colaboração de classe e da tutela do Estado.

Com o imposto sindical, que é roubado dos trabalhadores, os sindicatos oficiais são financiados

pelo Estado e ficam subordinados ao mesmo. Isso aumenta a separação dos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores e favorece a burocracia sindical.

O governo Lula apoia essa medida porque controla a maior central sindical do país, a CUT. Isso seria benéfico para milhares de sindicatos e burocratas parasitas, que, além de favorecerem a concepção de sindicalismo estatal e usarem verbas para fins corporativistas, beneficiam-se da tutela ainda maior dos sindicatos ao Estado. Isso torna os sindicatos mais domesticados, com menos lutas, e necessariamente melhor para o governo.

Para nós, anarquistas e revolucionários, a luta dos trabalhadores deve ser feita com independência de classe, de trabalhador para trabalhador, nós por nós, sem sindicatos oficiais controlados pelo Estado. Sobre a política financeira dessas lutas, ao longo da história e ainda hoje grandes organizações sindicais e populares no mundo são sustentadas pela contribuição voluntária dos seus filiados. Outro exemplo histórico são as caixas de resistência, que eram fundos solidários para apoiarem os trabalhadores em luta. Esse é um exemplo que, dentro das especificidades atuais, pode servir de exemplo para criarmos redes de solidariedade para a luta entre os próprios trabalhadores. ■

O Novo PAC DE LULA: SUTURAS NO TERRITÓRIO PARA O AVANÇO CAPITALISTA

Érico

O Programa de Aceleração do Crescimento foi apresentado pela primeira vez no segundo mandato de Lula, em 2007. Na ocasião, foram anunciados R\$ 503,9 bilhões em obras para as áreas de infraestrutura energética, de saneamento, habitação, recursos hídricos e sobretudo de transportes. A quarta versão do programa de Lula mantém a prerrogativa do “crescimento econômico, o desenvolvimento social e a melhoria na qualidade de vida da população”. O programa disporá de 1,7 trilhão de reais em investimentos públicos e privados, sendo que 371 bilhões serão aplicados do orçamento público até o ano de 2026.

Buscando retomar e finalizar obras inacabadas desde a primeira edição do programa, o Novo PAC agora se apoia na política internacional da transição energética [agenda 2030], como parte do pacote de investimentos que visam o “desenvolvimento econômico sustentável”, no seu sentido mais genérico. A geração de empregos também é uma grande expectativa do governo, no qual se espera a criação em torno de 4 milhões de postos de trabalhos direta e indiretamente ligados ao programa.

Ferrovias para as elites agrárias

Após o Plano Safra que injetou 364 bilhões de reais em crédito para médias e grandes empresas agropecuárias, o Novo PAC segue a lógica do fortalecimento das elites do agronegócio. O programa prevê investimentos para a modernização e avanço da infraestrutura de transportes exclusivamente para a exportação de grãos e minérios. Para tornar mais econômico e lucrativo aos latifundiários de estados

como o Mato Grosso, Goiás e Rondônia, o governo subsidiará obras como a Ferrogrão. Esta ferrovia que ligará Sinop, no norte de MT a Marabá, município no oeste do Pará dividirá terras indígenas, e apresenta grandes riscos socioambientais. A região de traçado da ferrovia adentra uma das regiões onde há mais conflitos territoriais na amazônia, como em Altamira e Itaituba, ambas no Pará.

Outras obras, como a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), a de Integração

dos trágicos resultados das edições anteriores do PAC. Vale lembrar que pelo mesmo programa de governo, obras como o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (RO), a construção da Usina de Belo Monte (PA) ou a Usina de Estreito (TO) tiraram o sustento e desalojaram centenas e milhares de ribeirinhos, pescadores e camponeses, prejudicando também ecossistemas locais e a dinâmica ambiental das áreas afetadas e adjacências.

Partindo do mesmo princípio do crescimento econômico, são falsas as premissas que se utilizam da pauta da diminuição de emissão de poluentes para a geração de energia, uma vez que as obras são voltadas não com finalidade maior a melhoria da vida das populações mais pobres, mas para viabilizar a instalação e consumo de fontes de energia por parte de complexos industriais.

Indústria bélica e agrado aos milicos

Na continuação dos investimentos e das suturas em que Lula faz com setores poderosos, outra área de injeção de recursos significativa vai para a indústria da guerra. Com o orçamento exclusivo do fundo público, serão destinados à Defesa cerca de 53 bilhões. Esse montante inimaginável se junta com o recurso de 126 bilhões de reais em orçamento válido para o ano de 2023. Segundo o ministro José Múcio, a prioridade de Lula é investir em projetos que foram deixados de lado na gestão de Bolsonaro, que é militar. Não o bastante, Lula pretende aumentar as receitas para as Forças Armadas, tentando aumentar a verba repassada aos milicos de 0,2% para 1,5% em relação ao PIB. ■



Oeste-Leste (FIOL) e a Transnordestina, fazem parte dos destinos de investimentos bilionários que impulsionarão os latifúndios, enriquecerão empresários do setor agrário e empresas multinacionais, ao mesmo tempo, intensificará os conflitos por terra, aprofundará a pobreza no campo, provocando a expulsão de camponeses e populações rurais tradicionais.

Destruição ambiental e desalojamentos

A pauta da transição energética que agora pega ar no governo Lula e surge como tendência do capitalismo verde, não está distante

MAIS UM AUMENTO ABSURDO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS NO ENTORNO DO DF

Aurora

Não é de hoje que o transporte no DF causa dor de cabeça para o trabalhador: passagens caras, linhas insuficientes, ônibus precários, demora. Para quem mora no entorno, além das longas distâncias e do trânsito, ainda tem que lidar com o segundo aumento do preço das passagens só no ano de 2023.

Para quem vive em Planaltina (GO), por exemplo, precisa desembolsar nada mais, nada menos, que R\$ 10,15 só para chegar

na rodoviária do Plano Piloto! Isso tudo sem nenhuma expectativa de melhora e qualidade, tampouco de um aumento substantivo nos salários. Para um trabalhador que ganha um salário mínimo e vem diariamente ao plano, esse valor (que não inclui os trajetos internos em Brasília) já corresponde mensalmente mais de 30% do seu salário.

A máfia dos transportes não tem nenhuma intenção de melhorar a qualidade dos transportes. Quanto pior para nós trabalhadores, maiores seus lucros. Recebem milhões do

governo que só engordam seus já fartos bolsos. Isso precisa acabar! Se o transporte é público, é um absurdo que a gente pague e ainda mais esse valor. Sendo assim, vamos lutar por transporte de qualidade e por tarifa zero. Não devemos pagar para trabalhar, para nos locomover. ■

Fora máfia dos transportes!

Tarifa zero, já!

Passage livre para os estudantes do Entorno, já!



PELO FIM DA OPRESSÃO COLONIAL DO ESTADO DE ISRAEL CONTRA O POVO PALESTINO!

Antonio Galego

Desde o dia 07 de outubro o mundo acompanha uma escalada brutal da guerra na Palestina. As ações armadas do Hamas, batizadas de “Tempestade de Al-aqsa”, tinham o objetivo de romper o cerco colonial e o apartheid imposto pelo Estado de Israel na Faixa de Gaza. Várias ações tinham como foco as cercas, muros, instalações militares e novas colônias israelenses em expansão no território palestino. Além disso, foram uma consequência do aumento da violência do Estado de Israel que, segundo a ONU, de janeiro até agosto já tinha matado 200 palestinos.

A desinformação causada pela grande mídia apresentou um conflito iniciado de forma unilateral (“do nada”) pelo Hamas. Criaram mentiras chocantes e estimularam um racismo islamofóbico sem precedentes para justificar uma nova ofensiva de Israel (apoiada pelos EUA) contra o povo palestino. O que está ocorrendo desde então não é uma guerra, é um genocídio brutal contra a população na Faixa de Gaza. Além disso, as operações de Israel tem atingido alvos em outros países, como Líbano e Síria, podendo gerar um conflito de maiores dimensões.

Segundo o Ministro da Defesa de Israel, o genocida Yoav Gallant: “Estamos lutando contra humanos selvagens”. Essa ideia racista foi utilizado a quase um século atrás pelos nazistas, e mais antigamente ainda pelos europeus contra os povos indígenas da América. É da natureza do colonialismo. O objetivo de Israel desde o início foi desumanizar os palestinos e muçulmanos

para justificar as suas atrocidades e crimes de guerra.

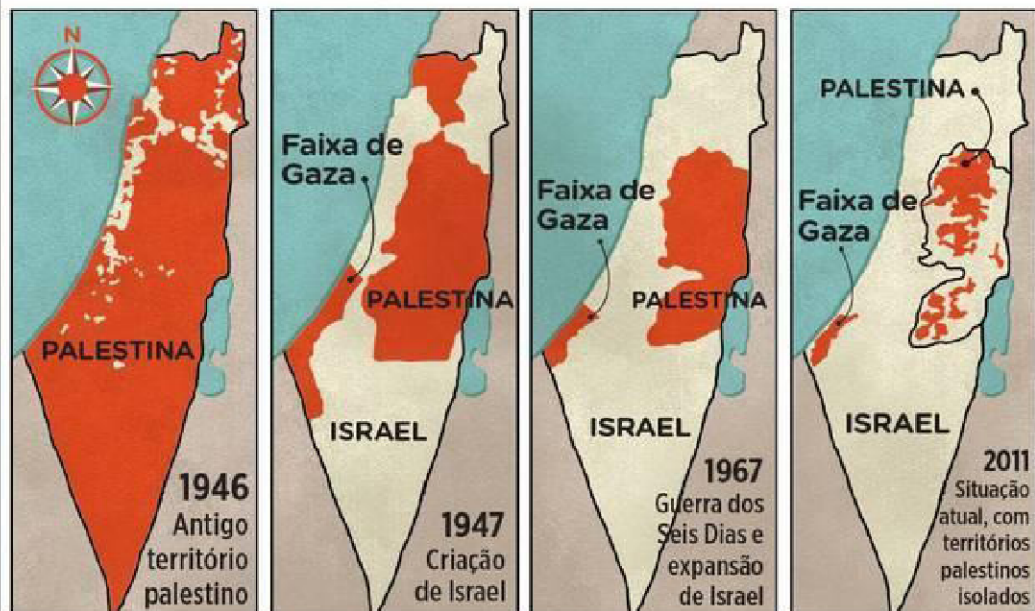
Assim, no dia 09/10 o Estado de Israel cercou a Faixa de Gaza e impediu a entrada de comida, combustível, além de cortar água e eletricidade. Mas não pararam aí. Iniciaram bombardeios ininterruptos que já levaram até hoje (23/10), segundo dados oficiais, ao assassinato de 5.791 pessoas, das quais 2.360 são crianças e 1.292 são mulheres. Já foram mortos 17 funcionários da ONU e dezenas de jornalistas. Existem 16.297 pessoas gravemente feridas e cerca de 500.000 sem casa. Israel mantém nesse momento cerca de 6.000 prisioneiros políticos, dentre eles várias crianças. Por fim, Israel tem feito uso de fósforo branco, arma proibida pela Convenção sobre Armas Químicas de 1997.

Quando se tenta entender o conflito como uma guerra convencional entre “Estados” ou como uma guerra religiosa fica difícil analisar o que está acontecendo. Essa é uma das estratégias da grande mídia: “ambos estão errados”, confusão que é aceita por setores da esquerda. Mas a verdade é que existe uma opressão colonial (apoiada pelos EUA e potências europeias) contra os palestinos que está na origem de todo o conflito. Não é o Hamas que criou o conflito, ainda que tampouco seja a solução. Mas enquanto a opressão colonial não acabar, a guerra não acabará. E enquanto isso não acontecer os palestinos tem o direito e o dever de resistir. Com pedras, fuzis ou bombas, não importa: o Estado colonial e genocida de Israel precisa ser derrotado. Só assim haverá paz. ■



ÁREA DE TENSÃO

Veja a evolução dos territórios na zona de conflito



POESIA PALESTINA DE COMBATE

Samih al-Qasim (1939 – 2014) nasceu em Zarqá, no seio de uma família drusa. Formado professor, depois da publicação de seus primeiros poemas foi proibido pelo colonialismo sionista de exercer a profissão. Foi preso em várias ocasiões. É considerado um dos maiores e mais combativos poetas palestinos.

DISCURSO NO MERCADO DO DESEMPREGO

Talvez perca — se desejares — minha subsistência
talvez venda minhas roupas e meu colchão
talvez trabalhe na pedreira... como
carregador... ou varredor
talvez procure grãos no esterco
talvez fique nu e faminto
mas não me venderei
ó inimigo do sol
e até a última pulsação de minhas veias
resistirei

talvez me despojes da última polegada da minha terra
talvez aprisiones minha juventude
talvez me roubes a herança de meus antepassados
móveis... utensílios e jarras
talvez queimes meus poemas e meus livros
talvez atires meu corpo aos cães
talvez levantes espantos de terror sobre nossa aldeia
mas não me venderei
ó inimigo do sol
e até a última pulsação de minhas veias
resistirei

talvez apagues todas as luzes de minha noite
talvez me prives da ternura de minha mãe
talvez falsifiques minha história
talvez ponhas máscaras para enganar meus amigos
talvez levantes muralhas e muralhas ao meu redor
talvez me crucifiques um dia diante
de espetáculos indignos
mas não me venderei
ó inimigo do sol
e até a última pulsação de minhas veias
resistirei

ó inimigo do sol
o porto transborda de beleza... e de signos
botes e alegrias
clamores e manifestações
os cantos patrióticos arrebentam as gargantas
e no horizonte... há velas
que desafiam o vento... a tempestade
e franqueiam os obstáculos
é o regresso de Ulisses
do mar das privações
o regresso do sol... de meu povo exilado
e para seus olhos
ó inimigo do sol
juro que não me venderei
e até a última pulsação de minhas veias
resistirei
resistirei
resistirei



Foto: Bombardeios diários na Faixa de Gaza destroem casas, hospitais, escolas.

GOLPES NA ÁFRICA E O AUMENTO DA DISPUTA INTERIMPERIALISTA

Jiren D.

No final de julho de 2023, ocorreu um golpe de Estado no Níger, país da África Ocidental e ex-colônia francesa. O golpe depôs o presidente Mohamed Bazoum, um aliado do Ocidente, e foi orquestrado por membros da Guarda Nacional Presidencial. O general Mohamed Bazoum Tchiana proclamou-se líder da junta militar em pronunciamento televisivo, no qual citou a deterioração da situação de segurança e a má situação socioeconômica como os motivos da tomada do poder.

O golpe de Estado militar no Níger ocorreu em um contexto de instabilidade política na região da África Ocidental, que vem se agravando nos últimos anos. O golpe seguiu o modelo de outros golpes no continente, como os golpes de Estado na Guiné (2021), Mali (2021) e Burkina Faso (2022). Todos esses países eram ex-colônias francesas e sofreram golpes militares com narrativas similares, marcados por um sentimento de rejeição a Paris e ao Ocidente, bem como pelo aumento da influência russa.

Esses golpes mostram mudanças geopolíticas na África Ocidental, onde a instabilidade política e econômica favorece um sentimento anti-francês/ocidental. A Rússia

está aproveitando essa oportunidade para aumentar sua influência na região, incluindo o treinamento de golpistas por mercenários do Grupo Wagner.

Os golpes na África, a guerra da Síria e a guerra na Ucrânia evidenciam um aumento da disputa imperialista entre China/Rússia e os EUA/UE/Otan por recursos e influência política pelo mundo. Nessa disputa, são as massas populares que sofrem e morrem, enquanto elites locais se beneficiam das disputas.

Uma das tarefas dos revolucionários e anarquistas é estar atento às mudanças de conjuntura internacional para ter ação política mais assertiva. Nossa estratégia fundamental é ter uma linha de ação classista internacional, para que possamos contrapor a disputa imperialista com a luta de classes.

Dois grandes exemplos são a revolução curda no contexto da guerra da Síria e a luta dos zapatistas no sul do México. Essas lutas, juntas com outras lutas de massas ao redor do mundo, poderiam no futuro construir um internacional das massas populares de verdade. Essa internacional seria capaz de orientar e disputar as massas populares nessas disputas geopolíticas pelo mundo todo. ■

O que estava por trás da “CPI do MST”?

Aurora

A CPI do MST surgiu em maio desse ano comandada pela direita parlamentar e teve seu fim em setembro. Cada sessão era um teatro no qual a direita buscava um palco para agradar sua base, em especial os ruralistas, ganhar apoio de um setor do povo e reaquecer a criminalização da luta pela terra. O teatro acabou sem nenhum resultado, nem mesmo a aprovação (ou desaprovação) do relatório final foi possível, pois a votação não conseguiu ser realizada antes da data prevista para o encerramento da CPI. Entretanto ainda que a CPI tenha sido “derrotada” cabe tirar dela algumas lições.

Em primeiro lugar, é importante ter em mente que apesar de ter ficado conhecida como CPI do MST ela não atingiu apenas o movimento, visava dar um recado também a outros movimentos de luta pela terra. Isso fica explícito no relatório final onde a criminalização se direcionava não apenas ao MST, mas também integrantes de outras organizações, como Zé Rainha, líder da Frente Nacional de Lutas Campo-Cidade (FNL), que aparece como um dos nomes a ser indiciado.

As investidas do relator (Ricardo Salles - PL) e de sua base de apoio se centrava principalmente em torno das ocupações, dando assim um recado a todos os movimentos que se utilizam dessa tática histórica de ação direta camponesa, e a tentativa de imputação de enriquecimento ilícito dos líderes. A oratória se construiu a partir de factóides e fatos

isolados. Salles chegou a afirmar, sem nenhuma comprovação estatística, que há um aumento de ocupações a partir de janeiro de 2023, imputa também supostos crimes cometidos pelos sem-terra contra produtores rurais tentando estabelecer relações entre o movimento e o narcotráfico.

Zucco deixou claro que mesmo sem aprovação do relatório, serão encaminhados diversos projetos de lei que fariam parte do chamado pacote “Invasão Zero”. Nos PLs que compõe o pacote estão previstas punições mais severas à ocupações de propriedades privadas produtivas (PL 938/2023), permissão de ação policial para reintegração de posse em áreas de ocupação sem necessidade de ordem judicial (PL 8262/2017) e até mesmo a tipificação de terrorismo a atos “violentos” contra propriedade pública ou privada (PL 149/03).

Em meio a ofensiva dos reacionários, a esquerda parlamentar responde de maneira inofensiva, se restringe aos marcos “democráticos” e não consegue romper com o legalismo. Acredita que a melhor tática é agir de forma conciliadora, como o Dep. Valmir Assunção (PT) que ao sair em defesa dos movimentos afirmou que “[...] tal relatório não representa nem o agronegócio, nem a agricultura familiar”. A esquerda institucional perdeu, definitivamente, o horizonte do socialismo e a luta por uma desconcentração radical da



terra. Defende retoricamente uma política de reforma agrária recuada, voltada apenas pros latifúndios improdutivos, não ataca o modelo produtivo do agronegócio, que é a causa da concentração de terras, e apenas o divide entre os bons e os ruins (reacionários).

A resposta correta aos ataques da direita latifundiária deve ser uma resistência maior das organizações populares. Não será cedendo às chatangens da direita, buscando ser “bons moços” e se manter nos marcos do legalismo que conquistaremos a terra. Os latifundiários sabem que existe uma justa demanda crescente por terra que pode explodir a qualquer momento. Os problemas causados por anos de êxodo rural, o crescimento rápido e desorganizado das grandes cidades, a falta de emprego, saúde, transporte, a violência, são alguns dos problemas estruturais do Brasil que pressionam os pobres a retomarem as ocupações de terra. É contra esse barril de pólvora que os ricos se antecipam com a “CPI do MST” e o pacote “Invasão Zero”. O que os lutadores e movimentos populares precisam fazer é se colocar a altura das demandas populares, sem se deixar intimidar, se preparar pra luta e organizar o povo pra retomar a sagrada e legítima luta pela terra em nosso país. ■

AS “FEIRAS ANARQUISTAS”, ENTRE O CONFUSIONISMO E A CAPITULAÇÃO

Antonio Galego

Basta uma passada de olho nas programações e relatos das “feiras anarquistas” no mundo e no Brasil, com raríssimas exceções, para se espantar com o tamanho do estrago causado por anos de revisionismo e crise internacional do proletariado.

Para além das especificidades, da quantidade de pessoas ou “coletivos”, no geral essas feiras têm expressado uma profunda desvinculação do anarquismo das massas populares. Primeiramente isso se expressa pela desorientação causada pelo identitarismo e pelo culturalismo hegemônicos nos temas e abordagens dos debates, onde a “dieta vegana” e a “não-monogamia” ou o uso de “bike” (presente em quase todas as feiras anarquistas ao redor do mundo!) demonstram a escandalosa pobreza política de uma pequena-burguesia “libertária” alheia aos grandes problemas so-

ciais, políticos e econômicos das massas trabalhadoras.

Além disso, essas bolhas ou clubinhos libertários, ensimesmados, não conseguem transformar as feiras anarquistas em um espaço de reflexão e posicionamento sobre a conjuntura. Vivemos um momento político do Brasil onde o Anarquismo poderia ser uma voz importante na Oposição ao governo burguês de Lula-Alckmin e nas disputas dos rumos da Reorganização da classe trabalhadora. A omissão e o silêncio desses temas nas programações não é um mero descuido, é o resultado da capitulação envergonhada ou aberta de setores do anarquismo brasileiro ao Lulismo.

O aspecto da desorientação e do “confusionismo” (pra usar uma expressão clássica de Arshinov) está diretamente relacionado

com a capitulação ao reformismo: ambos expressam o abandono das bases teóricas e ideológicas mais elementares do Anarquismo.

O aparente “sucesso” das feiras ressaltado nos relatos e fotos de redes sociais escondem na verdade uma profunda impotência e silêncio frente à questões centrais que ameaçam a própria vida do nosso povo (inclusive a eclosão de uma 3ª Guerra Mundial). Reconstruir hoje o Anarquismo como ferramenta de luta revolucionária das massas trabalhadoras passa pela ruptura definitiva com o revisionismo libertário, mas principalmente pela dedicação de corpo e alma às lutas e necessidades do povo em primeiro lugar. ■

**Anarquismo é Luta!
Morte ao revisionismo e ao
reformismo libertário!**

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE AS ELEIÇÕES NAS ESCOLAS DO DF

Antonio Galego e Aurora

Se aproxima mais uma eleição para as direções e conselhos escolares das escolas públicas do Distrito Federal. Mais do que uma apologia do processo é necessário refletirmos como ele se relaciona com as estruturas políticas e econômicas às quais está inserido. Lembremos sempre que quando falamos de gestão estamos falando de poder. Isso é fundamental para entender as limitações e ilusões envolvidas nesses eleições.

Uma reflexão crítica quase não tem sido feita. O que temos visto por parte do GDF/SEDF, dos sindicatos (SINPRO e SAE) e das direções escolares é um discurso apologético sobre a “democracia” em abstrato, sobre as possibilidades de “transformação” das escolas, etc. As próprias chapas se diferenciam muito pouco entre si. Se vota mais pelas pessoas do que pelas propostas. Além disso, existem questões que sequer entram no debate e que tentaremos expor aqui.

Um democracia com “cidadãos de segunda categoria”?

Segundo dados divulgados pelo SAE-DF, existem hoje 5.600 educadores sociais e cerca de 16 mil terceirizados na rede de ensino. Todos esses milhares de trabalhadores precarizados (em sua maioria negros) não possuem qualquer direito político nas instâncias decisórias da escola, não são reconhecidos ou incluídos pela “gestão democrática”. Os “encarregados” (capatazes!) não são eleitos e frequentemente são acusados de assédio, ameaças e desrespeito.

Atualmente, em sala de aula, existem 14.472 professores em contrato temporário e 7.913 professores efetivos (fonte: Correio Braziliense). Isso também afeta as relações de poder dentro das escolas. Na “gestão democrática” os professores temporários possuem direitos restritos (não podem ser eleitos, só podem votar sob certas condições, etc.). Em algumas escolas os “efetivos” estão nos cargos de direção e todos em sala são “temporários”, em outras existem salas de professores separadas para efetivos e temporários, são exemplos que demonstram como as divisões trabalhistas se transformam em desigualdade de poder e discriminação.

Essa situação de marginalização social e política de pelo menos 36 mil trabalhadores escancara a superexploração e o racismo que a tal “gestão democrática” não consegue sequer maquiagem, que dirá transformar. Pelo contrário, ela se adapta e reproduz as discriminações criando uma “democracia” excludente e elitista. A situação dos terceirizados é escandalosa. Por isso que a preocupação sincera de alguns (inclusive o SINPRO) por “mais diretores negros e mulheres” é insuficiente, pois estamos falando de uma rotatividade e representatividade entre a camada superior minoritária de professores efetivos, enquanto a massa precarizada segue excluída.

Os limites institucionais da “gestão democrática”

Existem outros fatores que limitam na prática a democracia almejada nas escolas. Primeiramente podemos citar o atraso nas eleições (que era pra ocorrer em 2022) e a própria incerteza de sua realização, tudo por que o processo é dependente do governo de turno. As verbas e “projetos” que são impostas de cima para baixo não satisfazem as necessidades escolares, mantendo as direções e conselhos escolares (por mais bem intencionados que sejam) com pés e mãos atados.

Muitas instituições da Secretaria de Educação não são “democráticas”, os chefes são indicados. Assim funciona as CREs, a EAPE, a própria SEDF. Mas porque não são eleitos também? Por que não existem “conselhos participativos” nesses órgãos?! Assim a dita “democracia escolar” está submetida a chefes e órgãos superiores antidemocráticos.

Por fim, a realização a cada 4 anos das eleições limitam a participação estudantil e comunitária. O estudante que entrar ano que vem no ensino médio não escolherá em momento nenhum a gestão escolar. Os conselhos escolares na maioria das escolas são inoperantes e as decisões importantes são tomadas por órgãos externos, pelas direções ou por reuniões exclusivas de professores (as “coordenações”).

Recuperar o que é central para avançar na luta por uma escola a serviço do povo

Nem tudo na vida tem a mesma importância. Pros trabalhadores pobres essa é uma verdade cruel. Muitas coisas servem pra desviar nossas energias do que é o central. As eleições escolares são uma delas. Não estamos dizendo que aqueles que se candidatam “são inimigos”. Mas não deve haver ilusões. A esquerda e a direita institucionais tem alimentado uma grande ilusão com eleições e cargos (conselho tutelar, direção de escola, conselho de cultura, etc.) e no fundo a crise social só piora e nos vemos enxugando gelo, dando “um passo a frente e dois pra trás”.

Devemos retomar o básico e o que central na luta social: 1º) Existe um conflito de classes na Educação; 2º) Não haverá conquista sem Luta; 3º) Os setores mais marginalizados e explorados (terceirizados, temporários, estudantes e comunidades pobres) são decisivos para realizar mudanças; 4º) Para a melhoria das escolas e das condições de vida o principal é a luta e a organização coletiva, de base; 5º) Ou seja, devemos construir um movimento sindical, estudantil e comunitário forte, unido, classista e combativo.

Mas, infelizmente, os caminhos que podem trazer mudanças reais tem sido pintados de “utópicos”, e o caminho ilusório (institucional/eleitoral) tem sido chamado de “realista”. São os sintomas da crise que tem nos arrastado pro buraco. É preciso resistir à tentação eleitoral, ou então veremos o que resta de movimento social no DF e no Brasil ser tragado por completo pelos cargos e compromissos governamentais. ■

Gildo Rocha, presente! Os 23 anos do assassinato de um lutador do povo pela polícia do DF



No dia 06 de outubro do ano 2000 o trabalhador e militante socialista, Gildo Rocha, foi assassinado por dois policiais civis do Distrito Federal. Gildo era gari, funcionário SALUB (nome anterior do SLU), militante do PSTU e diretor do Sindicato dos Servidores das Empresas Estatais do DF (SINDSER).

O assassinato político de Gildo ocorreu durante uma greve dos garis. Na madrugada do dia 06, ele e mais dois companheiros de trabalho realizavam uma ação direta já tradicional nas greves da categoria: furavam sacos de lixo para dificultar o trabalho sujo dos fura-greves.

Quando estavam no centro de Ceilândia foram surpreendidos por um carro com três policiais civis a paisana, que renderam os dois amigos de Gildo mas o deixaram escapar de carro, iniciando a perseguição. Dois policiais o perseguiram, desferiram 17 tiros contra seu carro, atingindo e matando o trabalhador com um tiro nas costas.

O crime brutal segue impune até hoje, como tantos praticados por policiais e outros agentes do Estado. Um dos policiais faleceu em 2009 num acidente e nem chegou a ser julgado, o outro foi absolvido em 2019 por júri popular e segue livre. A estratégia racista da polícia desde o início foi desmoralizar e criminalizar os três trabalhadores, plantando provas falsas no carro de Gildo (uma arma e um cigarro de maconha).

O depoimento de um dos policiais acusados deixa claro a orientação racista da polícia: “Eram três homens parados fora de um carro, em frente a um banco, de madrugada, uma hora da manhã. Como ia imaginar que faziam piquetes?”. A política de “guerra às drogas”, que até hoje é responsável pelo aprisionamento e genocídio de tantos inocentes, naquela madrugada há 23 anos, via naqueles três trabalhadores negros alvos para a sua violência.

O governo de Joaquim Roriz (que um ano antes protagonizava ao Massacre da Novacap!), a polícia e o sistema jurídico são culpados por essa morte e a sua impunidade. Infelizmente a burocracia sindical do DF também tem sido responsável pelo apagamento dessa importante memória. Ontem, hoje e sempre a memória honrada e combativa de Gildo Rocha deve ser lembrada por todos os militantes e organizações populares. Ela reforça quem são nossos inimigos e do que são capazes, mas reforça acima de tudo a nossa determinação de seguir na luta pela libertação dos trabalhadores. ■

O 5º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS E OS DESAFIOS PARA A RETOMADA DE UM MOVIMENTO DE MASSAS CLASSISTA E ANTIGOVERNISTA

Antonio Galego

O 5º Congresso Nacional da CSP-Conlutas ocorreu durante os dias 7, 8, 9 e 10 de setembro. Nos dias seguintes (11 e 12) ocorreu o encontro da Rede Internacional de Solidariedade e Luta, formada por cerca de 90 organizações de todo o mundo, entre elas a CSP-Conlutas, a CGT (Espanha) e União Sindical Solidaires (França).

O Congresso se insere numa conjuntura política complicada para os lutadores classistas e revolucionários, marcada especialmente pela adesão de quase todas as burocracias sindicais, estudantis e populares (CUT, CTB, UNE, UBES, MST, MTST, etc.) ao Governo Lula-Alckmin. Além disso, uma parcela importante de correntes e partidos de esquerda ou aderiram ao Lulismo (como o PSOL), ou mantém uma postura dúbia (como PCB, UP, etc.). A CSP-Conlutas é a única central que têm defendido a independência de classe e demonstrado um potencial de apoiar e fazer lutas sem “rabo preso”, pelo menos a princípio.

Esse 5º Congresso foi menor do que os anteriores. Ao todo foram 1.561 participantes, sendo que desses haviam 944 delegados. Essa diminuição está relacionada a retomada da força do Lulismo em meio a polarização política burguesa (bolsonarismo x lulismo), mas também de erros de estratégia e programa do setor majoritário da CSP-Conlutas, o PSTU.

Dois exemplos do fortalecimento do Lulismo foram as desfiliações do Andes e do Sinasefe, que são sindicatos nacionais com uma grande base e estrutura. Nessas entidades as desfiliações foram fruto da aliança do PSOL com PT, PCB, Intersindical e “anarquistas”. Outra ruptura mais antiga foi a do MTST, que cresceu e se consolidou na CSP-Conlutas. Entre outras. O fato é que nem a CSP-Conlutas, nem nenhuma outra organização, conseguiu impedir os efeitos nocivos da renovação do Lulismo no movimento sindical-popular.

Por outro lado, o setor majoritário (PSTU) mantém uma linha estratégica reformista que explica também porque a CSP-Conlutas não conseguiu nos últimos anos dar uma contribuição mais significativa à reorganização do proletariado brasileiro. Dois aspectos dessa estratégia são fundamentais: a centralidade dada à disputa da burocracia sindical e das eleições burguesas.



Não só o PSTU, mas grande parte da esquerda, acredita que a solução do problema da “desmobilização” do povo se dará principalmente com disputas no interior do sindicalismo oficial. A maioria dos debates do 5º Congresso giraram em torno desse âmbito (fato criticado inclusive na plenária setorial de movimentos populares). Esse é o principal limite da CSP-Conlutas. A estratégia reformista do PSTU/PSOL sacrifica o potencial de crescimento do antigovernismo nos setores desorganizados/marginalizados de trabalhadores, centrando a sua energia em chamados de unidade à burocracia sindical da CUT, CTB, PT, PCdoB, etc. e à participação nos fóruns oficiais do movimento sindical.

O Brasil está com a menor taxa de sindicalização da história, apenas 9,2% dos trabalhadores são filiados a algum sindicato. Esses números expõem a realidade da massa trabalhadora submetida à superexploração, sem liberdade de associação e expressão, desconfiada de um modelo sindical corrupto e eleitoreiro. Essa camada de proletários marginais é a mais numerosa, mais explorada e menos influenciada pela política burguesa (de direita ou de esquerda). Ela é estratégica para a retomada das lutas reivindicativas que estão sendo boicotada pelas burocracias governistas. Aliás, os números indicam também que essas burocracias só parecem “grandes” ou “fortes” porque essa massa está desorganizada, mas todos os partidos e sindicatos governistas são uma minoria irrisória da classe trabalhadora.

Assim, a radicalização política de setores da aristocracia-burocracia sindical e da pequena burguesia de esquerda (como as greves do funcionalismo público e as lutas universitárias) são importantes, mas insuficientes para impulsionar uma reorganização profunda das massas. Elas apenas remexem as águas superficiais do oceano popular. O fator central para a reorganização profunda da massa

é a “organização dos desorganizados” conjuntamente com o “combate às burocracias”. Essa é uma linha estratégica da grande política popular e revolucionária para o Brasil, linha que deve guiar as disputas dos revolucionários com os reformistas no interior das lutas e movimentos.

Apesar dessas limitações do setor majoritário, a CSP-Conlutas possui hoje um potencial similar ao que teve na sua formação: funcionar como uma frente de luta dos explorados (e impulsionar espaços mais amplos de luta e organização), tanto pela postura radical de independência de classe, quanto pela sua estrutura mais democrática/plural (em relação a outras entidades) e pelo seu caráter sindical e popular (aberto também à organizações informais como oposições, movimentos camponeses, comissões de base, grupos de bairro, etc.). Os setores revolucionários e combativos devem retomar uma intervenção tática na CSP-Conlutas e nos espaços mais amplos de unidade na luta que estão surgindo (encontros e plenárias antigovernistas).

Hoje estamos em um contexto de defensiva do proletariado, e temos a tarefa prioritária de transformá-la em uma defensiva ativa. A retomada de um campo antigovernista classista pode novamente contribuir com essa tarefa, ao mesmo tempo que impedir que as insatisfações populares sejam canalizadas mais uma vez para ilusões eleitoreiras do projeto neoconservador de direita. Para isso, é papel dos revolucionários fazer o combate ao governismo no movimento sindical-popular, apoiar o fortalecimento de um campo classista e antigovernista para impulsionar as lutas reivindicativas do povo, disputar o curso desse movimento para que alcance um grau mais profundo de reorganização das massas trabalhadoras do Brasil. ■